



# SENADO FEDERAL

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2022

Inclui o art. 37-A na Constituição Federal, a fim de dispor sobre a instituição da Ouvidoria Nacional da Mulher.

**AUTORIA:** Senadora Simone Tebet (MDB/MS) (1ª signatária), Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senadora Kátia Abreu (PP/TO), Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE), Senador Alexandre Silveira (PSD/MG), Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senadora Margareth Buzetti (PP/MT), Senadora Maria do Carmo Alves (PP/SE), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senadora Nilda Gondim (MDB/PB), Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO/MS), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR), Senador Jarbas Vasconcelos (MDB/PE), Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)



[Página da matéria](#)

# PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2022

Inclui o art. 37-A na Constituição Federal, a fim de dispor sobre a instituição da Ouvidoria Nacional da Mulher.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** A Constituição Federal passa a vigorar acrescida do seguinte art. 37-A:

“**Art. 37-A.** A União deve instituir e manter a Ouvidoria Nacional da Mulher, órgão vinculado ao Poder Executivo, para prevenir e combater o assédio e a violência contra a mulher na Administração direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º A Ouvidoria Nacional da Mulher deve ser dirigida por servidora pública efetiva de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nomeada pelo Presidente da República depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

§ 2º A Ouvidoria Nacional da Mulher tem competência para, dentre outras atribuições previstas em lei:

I – receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos da Administração Pública, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos órgãos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II – monitorar as estatísticas e os indicadores sobre o assédio e a violência contra a mulher no âmbito da Administração Pública, inclusive por meio do acompanhamento quantitativo e qualitativo das denúncias e da resolução destas;

III – recomendar aos órgãos administrativos, conselhos de ética ou órgãos semelhantes a apuração de fato ou a aplicação de penalidade contra autores de assédio ou de violência contra a mulher;



SF/22785.97984-48

IV – organizar, manter e divulgar periodicamente a consolidação dos informações sobre denúncias de assédio ou de violência contra a mulher no âmbito da Administração Pública;

V – planejar, organizar e manter políticas de informação, conscientização e treinamento sobre as formas de prevenir, combater e erradicar o assédio e a violência contra a mulher.

§ 3º Na apuração de denúncia de assédio ou violência contra a mulher, a Ouvidoria Nacional da Mulher deve atuar em colaboração com os órgãos disciplinares ou correicionais de cada órgão ou Poder.”

**Art. 2º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Eventos recentes e reiterados têm demonstrado a insuficiência da estrutura atual da Administração Pública brasileira para lidar, em todos os níveis e em todos os Poderes, com os gravíssimos problemas do assédio e da violência contra a mulher. Não obstante o esforço de alguns órgãos – como o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público, especialmente – em criar ouvidorias e canais de denúncias, a verdade é que a Administração Pública brasileira (em qualquer dos níveis federativos) não tem preparo nem estrutura para lidar com as denúncias de assédio ou de violência contra a mulher.

Basta perceber que sequer existe, em todas as esferas federativas e em todos os Poderes, órgão com competência específica ou cumulativa para receber tais denúncias, o que leva tanto à subnotificação das ocorrências quanto ao tratamento inadequado das vítimas, frequentemente expostas a outras manifestações de violência além daquela que gerou a denúncia inicial. Mesmo as normas de governança das empresas estatais omitem-se em determinar a existência de canais específicos para tal finalidade. No âmbito estadual e municipal a situação é calamitosa...

Nesse contexto – inclusive como forma de concretizar o objetivo fundamental de “promover o bem de todos, **sem preconceitos** de origem, raça, **sexo**, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Constituição Federal, art. 3º, IV) –, estamos apresentando esta Proposta de Emenda à Constituição, cuja finalidade principal é criar um órgão central, nacional, de ouvidoria, não apenas para receber denúncias e acompanhar-

lhês o andamento nos órgãos correicionais de cada esfera federativa, mas também para centralizar estatísticas sobre o assédio e a violência contra a mulher no âmbito da Administração Pública, inclusive planejando políticas de treinamento e conscientização.

Por meio do modelo ora proposto, a Ouvidoria Nacional da Mulher será vinculada ao Poder Executivo da União, mas terá competência para atuar em conjunto com os órgãos correicionais da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. E o fará não apenas recomendando apuração ou aplicação de penalidades, mas também por meio da conscientização, de políticas de treinamento, do monitoramento de estatísticas e indicadores sobre o tema, etc.

Com essa modificação, traremos de vez para o nível constitucional um tema que implicitamente nele já se encontra mas que, infelizmente, ou vem sendo negligenciado, ou combatido de forma ineficaz ou sem a devida estratégia. Afinal, prevenir e combater a violência contra a mulher é também concretizar a igualdade em sua vertente material. Os milhares de casos de assédio e de violência – institucional, patrimonial, física, sexual, moral, psicológica e política – contra a mulher exigem uma atuação coordenada de toda a Administração Pública, o que poderá ser atingido por meio da criação da Ouvidoria Nacional da Mulher.

Sala das Sessões,

Senadora SIMONE TEBET



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art60\_par3